

SINGULARIDADES SÓCIO-CULTURAIS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO (*)

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

O tema da industrialização, na literatura sociológica, vem em geral estritamente associado ao do desenvolvimento sócio-econômico; parece indicar que tais processos, agindo em comum, determinam uma homogeneidade cada vez mais acentuada das sociedades entre si, assim como dos grupos sociais; admite também que haveria desaparecimento ou pelo menos anulação parcial das diferenças culturais. Com a difusão da alfabetização e das "mass media", com a adoção generalizada de uma organização de trabalho regida por um mesmo núcleo de princípios de base ("espírito de sistema e de organização"; maneiras de ver "positivas"; racionalidade; eficiência), com a disseminação dos mesmos tipos de lazer, uma idêntica maneira de pensar, de agir, de ser, uma mesma ideologia, impor-se-ia por toda parte, levando com ela o respeito pela liberdade humana. É interessante observar que mesmo sociólogos da envigadura de Marcel Mauss (1) admitiram a *standardização* cada vez mais acentuada dos rendimentos econômicos e, a partir da *standardização* dos rendimentos, a *standardização* da cultura em geral (2).

Uma vez o desenvolvimento sócio-econômico bem implantado por toda a parte, as maiores diferenças entre as sociedades estariam também anuladas:

(*) Comunicação apresentada ao VIII Colóquio da «Association des Sociologues de Langue Française», — Hammamet, Tunisia, 1971.

(1) Marcel Mauss, 1968/1969.

(2) O termo cultura pode ser empregado em sentido amplo, e, como diz Jacques Berque, cobrir «todo um leque de setores, incluindo, tanto os da produção quanto do conhecimento. Mas, se aceitarmos uma conceituação estritamente sociológica, cobre apenas os que transbordam destes últimos: crenças, direito, estética etc.; teríamos assim encontrado a origem da famosa distinção entre *estruturas* e *superestruturas*» (Berque, 1971, página 11). Nesta comunicação, adotamos o conceito mais restrito definido por Jacques Berque, por ser mais útil ao nosso trabalho.

isto é, todas as sociedades torna-se-iam similares. Um neo-evolucionismo ingênuo e simplista fundamenta esses raciocínios. Desde que seja atingida a mesma finalidade (o desenvolvimento); que as mesmas qualidades sejam implantadas a fim de que ele se possa instalar (racionalidade e eficiência), parece lógico que os mesmos processos conduzirão ao mesmo fim. Por exemplo, a secularização é um processo que se imagina dever seguir de perto a industrialização, reduzindo cada vez mais o espaço e o domínio das crenças religiosas; da mesma maneira, a importância das relações pessoais, familiares e afetivas, cujo sustentáculo fundamental parece ser a existência das famílias extensas ou das linhagens, irá decrescendo porque a pequena família conjugal é considerada como estritamente associada à implantação da urbanização e das grandes indústrias; as particularidades rurais também desaparecerão, (3) já que um sistema de vida urbana repousando sobre a utilização de máquinas modernas no meio rural, aí se enraizará, e o "urbanizará" (4).

A admissão da universalidade desses processos fundamenta-se, até o momento atual, em pesquisas feitas no mundo subdesenvolvido; a maior parte das teorias sobre o desenvolvimento também as aceita de maneira explícita ou implícita. Chega-se assim a negar uma diversificação futura das sociedades do mundo, negação que contém ao mesmo tempo uma condenação das diferenças histórico-culturais atuais entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas; estas não conseguiram ir ao encontro do progresso porque não se assemelhavam às desenvolvidas; por outro lado, estão muito apegadas às tradições, ao passado, às particularidades específicas, e tudo isso agiria um pouco como obstáculo à aceleração do processo de desenvolvimento. História, cultura, ideologias, sistemas de valores específicos de uma civilização ou de uma sociedade global tornam-se assim aos olhos dos sociólogos-pesquisadores, dos sociólogos-técnicos, dos sociólogos-planificadores, valores menores diante desse valor, para eles evidentemente maior, que é o desenvolvimento econômico. A maior parte das pesquisas empíricas, voltando-se para a "praxis", tornam-se outros tantos instrumentos cuja finalidade é ajudar a rápida instalação da homogeneidade cultural. Admite-se, portanto, que o conjunto das sociedades globais, para melhorar, deve tomar o caminho da monotonia.

Esta maneira de ver é cada vez mais criticada de alguns anos a esta parte. Resultados de pesquisas empíricas mostram que processos julgados

(3) A admissão do desaparecimento de um gênero de vida especificamente rural é antiquíssima entre os sociólogos, mas não resulta de nenhuma pesquisa baseada nas diferenças entre a vida rural moderna e a vida urbana.

(4) A origem dessa maneira de ver, sem sombra de dúvidas, está no trabalho de Robert Redfield — *The Folk Culture of Yucatan*, sobretudo (1941); mas as conclusões deste autor foram reforçadas por se apoiarem em teorias de Ferdinand Toennies (1944); Emile Durkheim (1960); Max Weber (1944) e Talcott Parsons (1967).

"universais" — o da secularização por exemplo — não o são de modo algum, e que a industrialização não vem forçosamente acelerá-los (5). As teorias sobre o desenvolvimento sócio-econômico estão, pois, sendo discutidas. Haverá um único caminho para a evolução, haverá verdadeiramente no mundo um único tipo de racionalidade e de eficiência? Esta questão, segundo Jacques Berque, "reverte-se em interrogação teórica sobre o alcance recíproco de um universalismo científico, com um lastro de performances práticas sempre maiores de um lado e, de outro lado, de um pluralismo de culturas ou identidades coletivas, engajado em combates cada vez mais encarniçados" (6).

Parece-nos interessante estudar a industrialização brasileira, para verificar como responde às indagações atualmente formuladas. A maior parte das interrogações e críticas baseia-se em resultados de pesquisas empíricas feitas em países da Ásia, em países árabes, ou da África Negra (7). Os países da Ásia têm civilizações urbanas muito mais antigas do que as dos países europeus; o desenvolvimento industrial aí encontrou núcleos tradicionais de tal maneira enraizados na mentalidade e no comportamento dos indivíduos que se tornou difícil contrariá-los; uma acomodação se fez entre o antigo e o moderno, ao surgir o desenvolvimento sócio-econômico. Nos países árabes e na África Negra, ao contrário, a vida tribal era ainda florescente quando os colonos brancos aí implantaram um novo estilo de vida, no decorrer do século XIX; estilo de vida à primeira vista inteiramente incompatível com os antigos, que provocou uma desorganização sócio-cultural; contudo, não arruinou tudo o que existia, e surgiram as acomodações.

O caso do Brasil difere bastante dos três citados. Trata-se de um país cuja vida foi, sob os trópicos, um prolongamento da vida européia. O colonizador português, chegando ao País, pôde instalar-se como lhe pareceu melhor, porque aí encontrou algumas tribos nativas, de população pouco densa, esparsas sobre enorme extensão quase inabitada. Os traços culturais indígenas conservados foram pouco numerosos em comparação à massa dos traços culturais e das instituições portuguesas que formaram a base de uma "civilização" e de uma sociedade global brasileiras; no século XVII, a sociedade brasileira já se apresenta como uma sociedade portuguesa adaptada às condições geográficas e aos recursos naturais do território descoberto em 1500. Os valores econômicos dominantes na nova colônia foram, por um lado, os do mundo europeu dessa época (o mercantilismo); por outro lado, os específicos à socie-

(5) Pesquisas recentes no Brasil mostram que a urbanização e a industrialização estão desenvolvendo rapidamente novas seitas protestantes do tipo pentecostal, e suscitando a difusão de uma mistura de espiritismo e de catolicismo com cultos africanos, a umbanda. Ver Ferreira de Camargo, 1961; Emilio Willems, 1967; Costa, 1968; Muniz de Souza, 1969.

(6) Jacques Berque, 1971, p. 4.

(7) Para a Índia citamos, S. P. Bose, 1965 e 1970; Lalit K. Sen, 1968. Para o Japão, J. Witney Hall, 1965. Para a África Negra, Albert Doutreloux, 1969-1970. Para os países árabes, Jacques Berque, 1971.

dade portuguesa de então (valorização da ascensão social por meio da aventura, numa sociedade já bastante influenciada pelo dinheiro) (8). A aspiração ao enriquecimento rápido foi a base de toda a atividade econômica no país (9), e não apenas a da instalação de grandes empresas — a cana-de-açúcar em primeiro lugar, a extração do ouro em seguida, o café mais tarde e, por último, o cacau. Ela foi também responsável pelos grandes giros de portugueses e brasileiros através das extensões inabitadas do País, à procura das minas de ouro. As atividades desenvolvidas durante o período colonial visaram especialmente o lucro, a rentabilidade comercial, e se organizaram com essa finalidade, antes de qualquer outra.

O emprego da mão-de-obra escrava, por exemplo, decorre da lógica do lucro por intermédio do comércio. O domínio português na África — porta da Ásia, pela rota do Cabo — exigia que numerosos navios fizessem o vai-e-vem entre a metrópole e esses territórios. Os portos brasileiros eram escalas forçadas para as caravelas que iam e vinham da África. O Brasil produziu, muito cedo, um fumo barato muito apreciado pelos negros; os escravos foram trocados por ele, sendo, em seguida, vendidos a bom preço aos plantadores de cana. Esse comércio tornava lucrativa a viagem das caravelas. (10) A importação de escravos foi, portanto, uma consequência lógica do lucro e inspirou-se no racionalismo econômico da época.

O desenvolvimento do Brasil foi marcado, desde seus primórdios, pela maneira de ver e de agir predominantes na economia da Europa dos séculos XVI e XVII. A chegada incessante de novos colonizadores europeus (portugueses e espanhóis até a Independência em 1822, e de várias nacionalidades após essa data) fomentou e desenvolveu o aspecto "europeu" da economia, das estruturas sócio-políticas, assim como o da cultura no sentido restrito do termo. Os colonizadores portugueses, tendo diante deles, no Brasil, um vazio quase completo, construíram sua própria sociedade, adaptando-a às condições geográficas existentes (11). Tudo isso forma um quadro bastante diferente daquele que a industrialização e o desenvolvimento encontraram na Ásia ou na África, habitadas por populações importantes e tendo, algumas vezes, uma civilização antiga e complexa.

Em Portugal, as famílias extensas eram as células fundamentais da estrutura sócio-econômica — famílias extensas formando grupos estratificados,

(8) Holanda, 1960, 1.^o volume.

(9) As propriedades agrícolas que se instalam desde o início da colonização têm como finalidade a fabricação e o comércio do açúcar. A organização comercial é seu traço característico essencial, o que contraria a definição de «feudais», que se lhes tem dado um tanto imprudentemente. Na verdade, elas constituem desde o início, — assim como todas as outras empresas econômicas — grandes empresas comerciais voltadas para a exportação, e adotando, como sistema agrícola, a monocultura.

(10) Holanda, 160, 1.^o volume.

(11) Assim o folclore tradicional brasileiro é sobretudo de origem ibérica.

compostos de famílias nucleares de diversos níveis, ligadas entre si por laços de parentescos, de alianças, de compadrio, (12), de afeição, de solidariedade, de proteção; as famílias extensas estabeleciam também laços de colaboração e de alianças, compondo assim grandes blocos de parentelas ou de linhagens. O Brasil conservou essa estrutura sócio-econômica; foi dividido pelo rei de Portugal em capitanias, distribuídas entre nobres de alta estirpe, chefes de numerosa parentela, encarregados de explorá-las. Assim como em Portugal, a parentela brasileira foi ao mesmo tempo um grupo de parentes e um grupo econômico; apoiava e assistia os membros em suas empresas; funcionava como seu banco; proporcionava instrução às crianças; assistia aos doentes, ajudava aos mais pobres; protegia os velhos (13). Essa estrutura familiar persistiu do período colonial até os nossos dias, sofrendo, é claro, transformações. Ao invés de entrar a industrialização, os grandes grupos familiares favoreceram a instalação das primeiras indústrias; as grandes firmas do fim do século XIX, do princípio do século XX até a 2ª Guerra Mundial, em geral se formaram a partir da associação de parentelas aliadas, reunindo seus recursos para aventurar-se a fundar uma empresa de estradas de ferro, a instalar uma indústria, a formar bancos, a investir em desbravamento em valorização de enormes extensões ainda não cultivadas (14). Esta associação econômica de parentelas também era encontrada nas classes médias, na pequena burguesia, nas classes inferiores da população. O pequeno comércio, o artesanato puderam tornar-se importantes graças à solidariedade da família extensa; preferia-se a mão-de-obra familiar, mais "econômica" e "mais trabalhadora", à mão-de-obra assalariada. Nas camadas rurais inferiores, os laços familiares foram instrumentos utilizados na luta contra a instabilidade social decorrente das grandes extensões quase inabitadas e da agricultura itinerante (15).

A partir da metade do século XIX, a vida urbana se transforma em algumas cidades brasileiras. Primeiro o Rio de Janeiro (1830), São Paulo mais tarde (1880) aburguesam-se e adotam o estilo de vida, o conforto das cidades européias (16). Se tal se deu, foi graças à mudança do ritmo de vida dos empresários agrícolas. Tinham eles o hábito de morar em suas terras, vindo à cidade apenas na época de grandes festas religiosas do calendário católico; durante o século XIX, pouco a pouco, foram se instalando nas cidades mais importantes, que então sofreram sua primeira explosão demográfica. Poder-se-ia pensar que tão grande mudança traria uma transformação nas

(12) O compadrio, muito importante em Portugal, conservou sua importância no Brasil.

(13) Já analisamos a composição das famílias extensas brasileiras tanto no Nordeste como no Sul do País — Ver 1957, 1965 A), 1968 A) e B). Ver também Antônio Cândido, 1951.

(14) A função dos grupos familiares na difusão das grandes plantações de café foi muito importante. Logo que um chefe de família "descobria" novas terras de qualidade e aí se instalava, era seguido por vários parentes acompanhados de suas famílias, que desbravavam as terras vizinhas. Assim a família se localizava numa área e a dominava. Ver, por exemplo, o que diz Francisco de Paula Ferreira de Rezende em suas memórias (1944). Ver também Pierre Monbeig, 1952.

(15) Os campos cultivados e as plantações «viajam» nas extensões brasileiras; eles se deslocam absorvendo constantemente novas terras virgens. Ver Pereira de Queiroz, 1968 c); 1973.

(16) Pereira de Queiroz, 1969.

relações familiares, pessoais e afetivas; tanto mais que, em geral, se associa o processo de urbanização com a transformação das famílias extensas em famílias conjugais.

Tal não se deu no Brasil. A vida nas cidades, ao invés de produzir um enfraquecimento das relações familiares, reforçou-as. Quando cada família extensa vivia em suas terras, certamente visitavam-se uma à outra, mas em determinadas épocas do ano — por ocasião de comemorações familiares importantes (casamento, morte), ou na época de festas religiosas. Na cidade, as visitas foram bem mais freqüentes, a “tribo familiar” esteve, por assim dizer, constantemente reunida (17). A transformação do ritmo de vida se deu ao mesmo tempo que o desenvolvimento dos meios de comunicação urbana tinha lugar no mundo; as cidades brasileiras mais importantes seguiram o movimento mundial, tentaram rapidamente prover-se das invenções modernas. Telefone, eletrificação, transportes urbanos, foram logo instalados nos centros mais importantes e populosos (18), os membros que habitavam bairros distantes podiam comunicar-se constantemente uns com os outros. As classes médias, cujo desenvolvimento segue pari passu o crescimento das cidades, podiam também se beneficiar com os meios de comunicação cujo preço era acessível (19). Nas classes inferiores, o fato de viver na mesma quadra, no mesmo bairro “operário,” agia como meio de conservar as relações familiares (20). Nos últimos vinte anos, todavia, a macrocefalia que atingiu as grandes cidades brasileiras — São Paulo e Rio de Janeiro sobretudo — parece ameaçar a antiga solidariedade familiar, em todos os níveis sociais. A vida efervescente que se leva nas cidades reduziu bastante os contatos; trata-se apenas de uma ameaça porém, não ainda de um processo em vias de se instalar. Que diminua a efervescência reinante no momento atual, que uma parada sobrevenha ao êxodo dos habitantes do interior do País para as grandes cidades (21), e o processo que se esboça poderá sofrer um retorno.

Durante o século XIX, nas cidades em desenvolvimento rápido, órgãos administrativos foram constituídos, criaram-se funções segundo os novos prin-

(17) Tensões e discussões tornam-se também mais freqüentes; mas elas sempre fizeram parte da organização das parentelas, no seio das quais as disputas, e muitas vezes as lutas sangrentas, estouravam por ninharias, dividindo-as em novos grupos familiares. Grupos familiares cuja solidariedade interna tornava-se mais forte justamente devido à sua origem turbulenta. Ver Maria Sylvia de Carvalho Franco, 1969.

(18) Em excelente estudo, Jean-Marie Martin mostra que a instalação da eletricidade e do gás nas cidades não coincide com os momentos de expansão industrial brasileira do século XIX. O desenvolvimento energético é então proporcional ao crescimento das cidades — crescimento independente da industrialização, bem mais tardia no país. Martin, 1966.

(19) Antes da independência, as cidades brasileiras eram importantes burgos, muito homogêneos, cuja estratificação apenas se esboçava. A instalação dos grandes e médios fazendeiros nas cidades foi um fato importante na diversificação das classes sociais. Pereira de Queiroz, 1969.

(20) Nas camadas rurais inferiores, o habitat é por famílias conjugais. Existe a família extensa, mas em geral esparsa; porém ela se mantém fiel aos laços de parentesco e conserva sua solidariedade. Pereira de Queiroz, 1968 c), 1972.

(21) No Brasil, não é apenas o êxodo rural-urbano que é importante; o êxodo das cidades médias e pequenas para as grandes foi também sempre uma realidade no País.

cípios de organização, reformulando os antigos instalados pelos colonizadores portugueses (22). Nessa época, na Europa, administração e serviços começavam a se inspirar na organização das firmas e das usinas, procurando adotar a eficiência e impersonalidade das relações como princípios de base. O Brasil também adotou, aparentemente, esses princípios; mas a conservação, na cidade, das linhagens com sua influência, resultou na manutenção das relações pessoais e afetivas, contrárias aos novos princípios burocráticos. Uma instituição específica surgiu espontaneamente, trazendo uma solução a esta contradição, e estabelecendo-se entre os órgãos administrativos e os serviços, de um lado, e do outro lado, os particulares: a instituição dos "despachantes" (23). O despachante é um indivíduo que desenvolve relações diretas e pessoais com os funcionários de nível médio e inferior, tanto na administração pública quanto em diversos serviços; é a ele que todos se dirigem quando necessitam algo da parte da administração. Graças às suas relações pessoais, é imediatamente recebido nos escritórios, os papéis entregues a seus cuidados andam rapidamente nos meandros da burocracia; consegue fazer em dois dias o que o vulgo comumente levaria uma semana ou quinze dias. Quanto mais o despachante for simpático e insinuante, mais profundamente penetrará nos escritórios, e mais será solicitado por uma clientela que difundirá seus méritos entre parentes e amigos. Se no início da carreira, necessita apelar para gorjetas, é, em geral, sua disposição natural para conquistar amigos que lhe permite exercer bem sua função. Assim se desenvolveu a moderna burocracia brasileira, acomodando-se com as relações pessoais e afetivas sobre as quais repousava firmemente a estrutura sócio-econômica do País. Isso não quer dizer que relações do tipo impessoal não se desenvolveram no interior da burocracia, ou que a eficiência deixou de existir; elas coexistem sempre lado a lado com as relações pessoais, com as quais se acomodam de maneiras diversas.

Colônia Portuguesa até 1822, o desenvolvimento artesanal e industrial do Brasil conheceu grandes obstáculos colocados pela metrópole. A sociedade agrária que se organizou pouco a pouco no País era dominada pela ânsia dos colonizadores de "fazer América", isto é, de enriquecer e de voltar para Portugal, para ali gastar o dinheiro adquirido, demonstrando o poder econômico recentemente conquistado. A vida econômica brasileira foi assim muito cedo dominada por duas noções complementares: a de fazer fortuna rapidamente, e a de "demonstrar" por gastos suntuário a riqueza adquirida. Esta demonstração classificava imediatamente o indivíduo nos níveis superiores da sociedade e lhe permitia ingressar numa parentela importante através do casamento. Desde o início da colonização, a sociedade brasileira foi portanto uma sociedade dominada pelo dinheiro.

O desejo de fazer fortuna rapidamente aliava-se ao desprezo pelo trabalho cotidiano, considerado próprio de escravos. Encontra-se assim desde

(22) Na época da Independência do País (1822), a antiga administração portuguesa foi inteiramente remodelada e os postos ocupados pelos brasileiros. Pereira de Queiroz, 1969.

(23) Charles Morazé analisou-a muito bem (1954).

os primeiros documentos a idéia de que não é trabalhando obstinadamente que se faz fortuna; a sorte desempenha para isso importante papel. "Bons negócios", fonte primeira de toda fortuna, são o resultado de uma mistura das qualidades pessoais do indivíduo, de um lado, e de outro lado de circunstâncias propícias. Quando se tem "faro", pode-se enriquecer, desde que o azar não se meta de permoço para estragar tudo. (24) Prova-se uma "vocação inata" para negócios quando se consegue ganhar muito dinheiro trabalhando o menos possível. Isto esteve na base das explorações agrícolas e mineadoras do período colonial. (25)

Com a Independência, as funções públicas se tornaram também nova fonte de ascensão social e de enriquecimento; a indústria, todavia, não tomou senão um muito tímido impulso. A grande maioria da população não tinha meios para adquirir os produtos industrializados e produzia ela mesma o que necessitava (26). Quanto aos fazendeiros, muito entusiasmados com os luxos extraordinários que obtinham com a venda do café, achavam mais interessante importar da Europa mercadorias, ao invés de instalar indústrias. A criação destas desviaria capitais da exploração cafeeira, cuja rentabilidade era muito elevada (27); os fazendeiros preferiam, pois, inverter ampliando suas plantações.

Esta preferência era portanto lógica do ponto-de-vista do capitalismo comercial que reinava no Brasil. Por outro lado, as mercadorias industrializadas encontravam, relativamente, poucos compradores mesmo entre os fazendeiros; grande parte deles não se tinha ainda aburguesado; seu consumo dependia dos valores culturais daquilo que tem sido chamado "a civilização rústica brasileira" (28): desprezava-se o conforto cotidiano, e reservava-se o dinheiro para despesas suntuárias durante as comemorações familiares ou as grandes festas do calendário católico.

A industrialização só se instalou realmente no País a partir da 2ª Guerra Mundial (29); resultou das dificuldades acarretadas por esta ao abastecimento do País, num momento em que o aburguesamento atingia já amplas camadas da população e quando o conforto diário tornava-se uma necessidade geralmente ressentida. Algumas grandes fortunas, provenientes da implantação de indústrias, demonstraram a existência ali de uma fonte de lucros que não deveria ser desprezada. Investiu-se nelas, então, mas seguindo sempre a mesma orientação que havia sido empregada tanto em relação ao desenvolvimento agrícola, como para os vários empreendimentos de serviços: investir o mínimo e retirar o máximo possível. O apoio decidido do Estado aos industriais foi um trunfo precioso para os negócios. A intervenção do Estado na economia privada não era fato novo no País; após a independência, o Estado

(24) Ver a excelente interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, 1956.

(25) Lopes, 1968.

(26) Não se tratava de populações marginais, mas de populações pobres.

(27) Na época da independência do Brasil, as primeiras fazendas de café surgiram no sul do País; aí foram descobertas as famosas terras roxas cuja fertilidade é extraordinária. A euforia dominava então os fazendeiros de café. Por outro lado, a partir de 1880, a borracha na Amazônia trouxe também lucros fabulosos com pouquíssimo investimento. Por que então ocupar-se com indústrias que necessitavam de capital e de trabalho?

(28) Antônio Cândido, 1964; Pereira de Queiroz, 1960, 1973.

(29) Ver para a história da industrialização brasileira, J. M. Martin, 1966.

ia sempre em socorro dos fazendeiros, dos comerciantes, dos banqueiros para ajudá-los a superar as crises. Auxiliando o desenvolvimento industrial, não fazia mais do que seguir um caminho, por assim dizer, tradicional (30). Nada havia nisto de extraordinário: grandes comerciantes, grandes fazendeiros, banqueiros ou seus mandatários ocupavam os altos postos da administração; eram eles o Estado. Melhor ainda, o Estado era para eles um instrumento maravilhoso, assegurar da estabilidade econômica e social. (31)

Não parece ter havido no País, em nenhuma das fases de sua industrialização, a formação de uma categoria de empresários industriais oposta à dos fazendeiros, dos comerciantes, dos banqueiros: nem na primeira fase, da Independência à 1ª Guerra Mundial; nem na 2ª fase, entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial, nem na 3ª fase do pós-guerra, apesar das transformações sofridas pelo País. Ao contrário, os fazendeiros também foram, ao mesmo tempo, os primeiros banqueiros, os primeiros industriais, os organizadores de ferrovias e outros empreendimentos (32), e isto sem abandonar suas monoculturas de exportação (33). Os lucros que extraíam destas, serviam também para desenvolver outros setores de economia nacional — o secundário e o terciário, este último bem mais depressa do que o secundário. Médios e pequenos agricultores tiveram, também, em geral, outras atividades econômicas além de suas atividades agrárias: eram pequenos comerciantes, pequenos artesãos etc. (34) Quanto mais se diversificavam as atividades econômicas no País, mais pareciam se estreitar as alianças entre os diferentes tipos de ocupações econômicas e o setor agrícola; esta adição de atividades variadas, exercidas por um mesmo indivíduo, não parece decrescer nos dias atuais; ao contrário, a agricultura "em tempo parcial", em expansão, segue o desenvolvimento sócio-econômico do País. Segundo a lógica ocidental, dever-se-ia esperar um desenvolvimento diferente: sendo a divisão do trabalho e a especialização hoje bem mais nítidas no País, os setores primários, secundários e terciários deveriam distribuir empregos entre diferentes especialistas, sobretudo nas regiões desenvolvidas do País (35), e oferecer trabalho a um número bem maior de pessoas. Ao contrário, cada indivíduo continua procurando açambarcar o maior número possível de atividades, a fim de ganhar o máximo possível. É evidente que

(30) J. M. Martin faz excelente análise do desenvolvimento industrial e das intervenções do Estado no Brasil (1966).

(31) A mistura dos setores público e privado foi característica da sociedade brasileira; apesar de uma transformação bastante real resultando no afastamento dos dois setores, vestígios de sua antiga reunião ainda existem. Ver Nestor Duarte, 1948; Charles Morazé, 1954.

(32) Companhias estrangeiras, sobretudo inglesas, exploram serviços nas grandes cidades, juntamente com os fazendeiros; nas médias e pequenas cidades, no meio rural, quando se instalaram serviços foi graças ao capital dos fazendeiros.

(33) Ver Pierre Monbeig, 1952; Celso Furtado, 1961; J. M. Martin, 1968.

(34) A primeira ambição de médios e pequenos lavradores é de se tornar comerciantes, mas sem abandonar a agricultura.

(35) Ao contrário do que se pode pensar, as regiões menos desenvolvidas parecem ser aquelas onde a divisão entre diferentes profissões e atividades econômicas é mais nítida, e onde os indivíduos exercem um ou dois empregos apenas. O acúmulo de várias atividades econômicas, pelo mesmo indivíduo, parece caracterizar as regiões mais desenvolvidas do País. Não é de admirar: nas regiões mais desenvolvidas, a divisão do trabalho é muito mais importante do que nas regiões pobres, e a quantidade de indivíduos especializados ou dotados de conhecimentos não é grande.

a maneira pela qual são desempenhadas as funções sofre muito com este comportamento; porém ele persiste. Assim a formação de novos setores econômicos, a valorização de regiões inexploradas se tornam fonte certa de lucros para os que já possuem bens (36); aqueles que nada possuem, ou quase nada, serão beneficiados apenas de maneira indireta e secundária (37). O acesso das classes inferiores aos benefícios decorrentes da expansão econômica real do País torna-se assim bastante limitado, tanto mais que sua ignorância também é sério obstáculo ao acesso a postos especializados.

A associação de dois tipos de atividades econômicas diferentes, exercidas pelo mesmo indivíduo, faz-se de maneira "sui generis": uma, "a profissão" ("o ofício", "o trabalho") constitui a fonte principal de lucro; a outra, na maioria das vezes, é considerada ocupação secundária, uma espécie de "hobby", ou segundo a expressão nacional, "um vício", cuja finalidade muitas vezes é demonstrar a força econômica daquele que a exerce. Um industrial possui, por exemplo, uma fazenda de criar; ele dirá que é industrial por profissão, mas que a pecuária é a sua paixão; que coloca seu ponto de honra na organização de uma pecuária moderna, que não olha despesas quando se trata de seu rebanho, que está disposto por ele a fazer loucuras. Talvez afirme, também, que sua fazenda é "um poço sem fundo que devora o rendimento de sua indústria", o que provavelmente não está longe de ser verdade (38).

Assim, empresários muito rigorosos na compressão das despesas de suas empresas industriais, comerciantes que regulam minuciosamente a contabilidade de seus estabelecimentos, têm atitude oposta quando se trata de seu "vício". Muitas fortunas foram devoradas assim; e isto porque os profissionais, esquecendo a noção de lucro, conservavam apenas a vaidade de dirigir uma empresa perfeitamente aparelhada. A empresa secundária não é assim considerada um "negócio"; ela é um meio para o seu dono, de demonstrar poderio econômico e idéias avançadas (39). Assim o produtor brasileiro, comerciante, banqueiro, profissional liberal, funcionário, possuindo duas ou três atividades econômicas de natureza diferente, utiliza dois pesos e duas medidas na maneira de as gerir. Reserva a organização econômica, a lógica capitalista

(36) A iniciativa do Estado para valorizar as regiões inexploradas concorre também para o seguinte: industriais, comerciantes e banqueiros podem aplicar seus recursos em empresas agrárias ou em outras atividades nas regiões pobres, contra uma diminuição dos impostos. Dessa maneira, o Estado protege o acúmulo de várias atividades rentáveis pelos mesmos indivíduos, e deixa de receber tudo o que estes lhe devem.

(37) Estimativas de instituições públicas dão grande parte da população do País como «marginal», isto é, afastada dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento sócio-econômico.

(38) Não é preciso dizer que a vida privada dos empresários constitui sempre no Brasil um «pouco sem fundo», porque as despesas suntuárias são a regra geral, e isso em todas as classes sociais. O raciocínio econômico que orienta a vida profissional não é o mesmo que orienta a vida privada.

(39) Não esquecer que todo brasileiro se julga um «homem moderno» cujas idéias, em matéria de economia, são «avançadas.» Quer dizer que aprecia sobremaneira novas técnicas e máquinas, independentemente do custo que acarreta. Muitas vezes não as adota quando se trata de seu «negócio», porque então acha que custam caro; mas, em compensação, as emprega amplamente na empresa que é o seu «hobby».

comercial, os esforços de racionalização (40) para a atividade que considera "seu negócio" ou sua fonte de lucros; a atividade secundária se transforma em símbolo de poder econômico, em objeto de prazer; está perfeitamente consciente de que os produtos desta não poderão jamais ser vendidos bastante caros a fim de compensar as despesas efetuadas.

Os produtores e empreendedores brasileiros não estão unicamente dominados pela ânsia de ganhar dinheiro; a imaginação, a vaidade, o sentimentalismo e o jogo também fazem parte do seu comportamento econômico e colocam neste aspecto de fantasia (41). Esta maneira de ver é causa de muitas das vicissitudes que atravessam grandes, médios e pequenos produtores no Brasil, altos e baixos que marcam freqüentemente suas vidas (42). Dir-se-ia que existe no íntimo da personalidade e da mentalidade dos produtores brasileiros, qualquer que seja seu nível sócio-econômico — uma dialética contínua entre os atrativos do lucro imediato e os das despesas suntuárias, entre o desejo de ganho fácil e a vaidade, os dois termos opondo-se algumas vezes, sendo complementares outras, frisando às vezes a mútua exclusão, mas, finalmente, não podendo viver um sem o outro (43). Os produtores brasileiros estão muito longe da ética protestante feita de sobriedade e de desejo de poderio econômico diagnosticado por Max Weber na mentalidade dos empresários europeus do século XIX (44).

Poder-se-ia pensar que a influência cada vez mais acentuada de capitais estrangeiros sobre as indústrias brasileiras, que a intervenção cada vez mais marcante do Estado sobre certos setores industriais, poderiam modificar, de alguma maneira, a importância das relações pessoais e familiares, por um lado, por outro lado a mentalidade "sui-generis" dos empresários nacionais. Contudo, isso não parece ter trazido mudanças visíveis. O Estado financia atualmente novas empresas privadas agrícolas, o setor industrial, o setor administrativo. A obtenção de financiamento depende muito das relações pessoais do empresário com os ocupantes dos postos administrativos. O auxílio do capital estrangeiro é também obtido utilizando-se as influências, a posição social e política do grupo econômico a que se pertence, e esse grupo econômico é, em geral, um grupo familiar — família extensa ou parentela. Assim a expansão industrial do País sempre se associa às relações pessoais, ao apoio de uma família extensa ou de um grupo de linhagem. A industrialização não parece

(40) A contabilidade moderna não é ainda bastante usada por todos os empresários brasileiros, que não compreendem bem ainda sua utilidade. No caso especial do Brasil, sendo muito barata a mão-de-obra, os empresários têm sempre benefícios satisfatórios, qualquer que seja a despesa de fabricação.

(41) Ver Cardoso, Fernando Henrique, 1969. O jogo é uma paixão nacional reconhecida como tal.

(42) Os altos e baixos são habituais na biografia dos empresários e produtores brasileiros, sobretudo na dos grandes fazendeiros.

(43) Parece-nos que a dialética, tal como a definiu Georges Gurvitch (1962), captaria bem as "contradições" da mentalidade brasileira.

(44) Max Weber, 1965.

acelerar a decadência desse tipo de relação ou de família, e sim utilizá-lo para se instalar e para se difundir pelo País; porém, devido a esta utilização, torna-se por outro lado responsável pela persistência desses laços. (45)

A indústria, que se expandiu realmente a partir de 40, desenvolveu, desde então, em algumas cidades do País, uma classe operária cuja maneira de ser e de agir são agora bastante conhecidas (46). Contudo, ela não se formou segundo o modelo europeu de um proletariado combativo, que conquistou ao capitalismo liberal através de grandes lutas, o direito a condições mais humanas de trabalho, a um salário mais justo; com esse objetivo, fez nascer sindicatos e associações de classe. No início do grande desenvolvimento da industrialização brasileira, no período da ditadura Vargas (47), os sindicatos operários foram impostos pelo Estado aos trabalhadores e patrões; ainda hoje são instituições dirigidas pelo Ministério do Trabalho. Seus membros os vêem como uma instituição semelhante à da Previdência Social, por um lado, e, por outro lado, como uma instituição jurídica defensora dos direitos individuais (48). A solidariedade profissional no meio operário é muito fraca; os operários não se têm em conta de tais e manifestam o desejo de se evadir o mais depressa possível do seu meio; sonham juntar bastante dinheiro para se estabelecer como pequenos comerciantes, ou pequenos artesãos, ou exercer certos ofícios; conseguem enfim o que consideram uma independência econômica e profissional (49). Para obtê-la, utilizam diversos caminhos — a passagem de uma fábrica para outra em busca de salários mais elevados ou de melhores condições de trabalho, um processo contra o patrão reclamando indenizações (o sindicato então toma a defesa do operário e instaura o processo) etc.

A poupança do operário visa também duas finalidades importantes: tornar-se profissionalmente independente ("não ter mais patrão") e ser proprietário de sua própria casa — uma casinha com jardimzinho em volta é o sonho da grande maioria deles, sonho que podem realizar comprando terrenos à prestação e construindo eles mesmos a moradia nos momentos de folga. Esta dupla aspiração parece marcá-los profundamente e, em geral, orientar seu comportamento. A segunda aspiração — possuir uma casa — torna-se, com efeito, um pretexto para despesas ostentatórias; isso porque a aquisição da casa determinará em seguida a compra de móveis e aparelhos domésticos que

(45) Os imigrantes, ao se integrarem na sociedade brasileira, seguiram o mesmo caminho: — a família extensa forneceu precioso auxílio para a ascensão social e econômica. A família Matarazzo, a família Crespi, na indústria; a família Lunardelli (café), a família Morganti (cana-de-açúcar) e outras entre os descendentes italianos, alemães, sírios, japoneses, organizaram-se em grupos econômicos como as brasileiras. Os mais ricos foram também se integrando nas famílias dos descendentes de portugueses que formam a elite do País.

(46) Ver os artigos publicados em *Sociologie du Travail*, 1961.

(47) Getúlio Vargas, levado ao poder por um golpe de estado em 1930, organizou em 40 o Ministério do Trabalho e impôs um "sindicalismo de Estado".

(48) Ver Azis Simão, 1966; J. Albertino Rodrigues, 1968; Leôncio Martins Rodrigues, 1966, 1971; Roberto Las Casas, 1969.

(49) Ver a descrição dos comportamentos e mentalidade em Leôncio Martins Rodrigues, 1971. Ver também Brandão Lopes, 1961, 1964.

demonstrarão o nível econômico de seu proprietário. Assim as aspirações individuais que regem a vida dos operários dividem-se entre o desejo de independência, de um lado, e, do outro lado, o desejo de aumentar o consumo, mas um consumo ostentatório, que não resulta de noções de conforto, pois a compra de TV vem em primeiro lugar, antes da geladeira. Uma dialética entre essas duas aspirações diversas e os recursos de que dispõem os operários para as atingir — aspirações que às vezes se associam, às vezes se combatem, às vezes se implicam reciprocamente, segundo as circunstâncias e o nível sócio-econômico do indivíduo — domina suas vidas mas não contribui para transformá-los em classe social reivindicadora (50).

Seria muito interessante conhecer também a continuidade e a importância das relações diretas, pessoais, familiares na vida dos operários (51); infelizmente, as informações a respeito não são muito numerosas. Sabemos apenas que a imigração rural-urbana fundamenta-se na família e nas relações afetivas; não se trata da partida para a grande incógnita representada pela grande cidade ou pela metrópole, mas da partida para um bairro preciso da cidade onde já moram parentes e amigos. Estes ajudarão e sustentarão o recém-chegado até que encontre trabalho; será por eles alojado, nutrido, procurarão descobrir um emprego temporário ou definitivo para ele (52). Assim, a família camponesa extensa, cuja importância nas migrações internas brasileiras já foi reconhecida, e que já demonstramos ser um instrumento de domesticação do espaço rural, torna-se também um instrumento de adaptação à vida urbana, e seu papel nesse setor é primordial (53).

A persistência no Brasil das relações afetivas e pessoais; a importância constante da linhagem; dos grupos de parentelas; da família extensa; a associação de uma mentalidade econômica moderna com traços característicos de um "capitalismo comercial" (importância das despesas ostentatórias, por exemplo); a noção do jogo associada a toda atividade produtora; a racionalização de certas atividades econômicas, mas ausência de racionalidade em outras do mesmo tipo, não entravaram o desenvolvimento bastante real do País (54) que per-

(50) É preciso não esquecer que o fato de ter um lugar na fábrica é verdadeira ascensão social em relação aos cidadãos que vivem de expedientes que lhes permitem apenas sobreviver, por um lado, e outro lado a mão-de-obra rural "volante" que procura desesperadamente trabalho nas propriedades agrícolas. O operário tem uma situação econômica estável e, se é ajudado economicamente pelos membros de sua família (mulher, crianças com mais de 10 anos), torna-se relativamente fácil construir a casa. Quanto ao problema de ascensão dos operários, ver Pereira de Queiroz, 1965, b); para o problema dos "volantes", Pereira de Queiroz, 1968 d).

(51) Sublinhamos essa importância em um dos nossos trabalhos sobre a vida camponesa — Pereira de Queiroz, 1968 c), 1973.

(52) Antônio Carolino Gonçalves e Levy Cruz analisaram amplamente as características desta migração — 1961.

(53) A família extensa é também um instrumento para o domínio do espaço rural e do sobrenatural para os camponeses brasileiros. Ver Pereira de Queiroz, 1968 c), 1973.

(54) Um desenvolvimento econômico muito real, mas que não vem acompanhado de um desenvolvimento social e político equivalente. O governo brasileiro atual reconhece que, provavelmente, 3/4 da população não se beneficia desse desenvolvimento, o que mostra a terrível limitação da distribuição de seus resultados.

siste ainda no momento atual, na efervescência e euforia do enriquecimento imediato (55). A associação de traços específicos à industrialização européia e americana com os traços específicos de uma "civilização brasileira" formam um conjunto novo, diferente da "cultura tradicional" do País, mas diferente também das "civilizações" européia e americana.

A industrialização rápida do Brasil não destruiu as relações sociais e econômicas que lhe são específicas, nem seus valores dominantes; ela reúne novos e antigos valores por um processo dialético que marca todos os "patamares em profundidade" da sociedade, já que podemos também detectá-lo tanto no próprio desenvolvimento industrial (aliança da indústria e das atividades agrárias, quando na Europa e nos Estados Unidos a separação é nitida; formação de um proletariado individualista e sem consciência de classe) como no íntimo da "personalidade", da "mentalidade" dos indivíduos. Essa união criou um contexto inédito, tanto do ponto-de-vista brasileiro como do ponto-de-vista da civilização que age do exterior sobre o País. Processo dialético mais ou menos importante, mais ou menos vigoroso, revestindo diversas formas (contradição, complementaridade, implicação mútua, reciprocidade de perspectivas) segundo os setores de atividades, as classes sociais, os grupos profissionais, as categorias de idade, os indivíduos, perfeitamente móvel e característico de nossa maneira de ser. O conjunto das partes que compõem, ligadas entre si por importantes pontos comuns, mas também separadas umas das outras por pontos divisórios não menos importante — conjunto que se move como um caleidoscópio — forma a fisionomia atual do processo de industrialização brasileira e determina a marcha de nossa evolução sócio-econômica.

O desenvolvimento sócio-cultural não destrói, portanto, as peculiaridades brasileiras. Se algumas foram abolidas, outras (e não das menos importantes) são mantidas pelo próprio processo. Torna-se então difícil pensar que caminhamos para a estandardização, impelindo para um plano completamente secundário tudo o que nos singulariza. Sociólogos e antropólogos já haviam demonstrado o mesmo em relação à Índia e ao Japão; mas tratava-se então de civilizações tão afastadas da civilização européia que uma certa conservação da cultura nacional parecia ser a via "natural". O Brasil é um caso diferente; é um prolongamento tropical da civilização européia ocidental. Seria fácil admitir que se submeteria aos mesmos processos que agem nas "matrizes"; e isso tanto mais que as classes sociais superiores, culturalmente mais próximas

(55) Não abordamos aqui as condições da política exterior, que ajudam a explicar porque esse desenvolvimento econômico mantém um crescimento rápido. Este desenvolvimento amortece as reivindicações das camadas inferiores da população, por um lado, porque para elas sempre há quaisquer «sobras» benéficas; mantém também por outro lado, um nacionalismo vaidoso e muito pouco lúcido, ("ninguém segura este país" — slogan muito em moda hoje) que anula toda motivação para uma crítica do "statu quo". Assim as características especificamente brasileiras do desenvolvimento são apoiadas pelas orientações da política exterior de países do ocidente, por um lado, e, por outro lado, o desenvolvimento brasileiro se transforma numa preocupação maior para esses países.

da "matriz" ocidental que as inferiores, estariam, provavelmente, dispostas a "imitar" mais facilmente a matriz.

Contudo, a adaptação que a civilização e a sociedade européias da época colonial tiveram que sofrer no País, em circunstâncias completamente diferentes daquelas em que foram formadas; a organização "sui-generis" da economia; a densidade demográfica pouco importante contribuíram para modificá-la e adaptá-la segundo as necessidades do País (56); a "civilização brasileira" já era diferente da portuguesa no século XVII; desde então essas diferenças continuaram a crescer, mas sem anular o aspecto essencialmente português e europeu de nossa civilização. Houve assim a formação de uma nova sociedade, de uma nova cultura, parente das "matrizes", mas nitidamente diferente, e cuja evolução segue um caminho específico. A industrialização, vinha também da Europa, e formada portanto num contexto sócio-cultural completamente diferente do seu rebento de além mar, vem, por seu turno, inserir-se naquele novo conjunto.

A reação do rebento e a maneira de incorporar o que recebe do Exterior é nova prova de sua personalidade diferente, de sua especificidade. Seu comportamento diante de fatores exteriores que passaram a agir mais tarde sobre ele, foi então semelhante ao comportamento das sociedades não-originárias da européia e cuja industrialização veio também do Exterior: as sociedades asiáticas, as sociedades africanas. Na Europa, a industrialização se liga a grandes transformações da estrutura social, que começam bem antes dela e que ela acelera, provocando o nascimento de um novo tipo de estratificação social. Nos países não-europeus, a industrialização não possui nenhum laço genético com as estruturas sociais locais, é um elemento vindo do Exterior. Quando é implantada, certamente abala as estruturas, mas não parece produzir uma transformação tão radical como se poderia supor; ao contrário, produz uma amálgama de formas antigas e novas. O desenvolvimento toma, neste caso, outras orientações que não se assemelham àquelas verificadas na Europa ou nos Estados Unidos (57). Assim, a perspectiva de uma futura sociedade estandardizada, que seria por toda a parte semelhante do ponto-de-vista sócio-econômico, parece afastada da realidade (58). Por outro lado, é possível colocar a questão: um desenvolvimento induzido do Exterior não conduzirá à adaptação e, portanto, à conservação das estruturas, e não à transformação radical e ao desaparecimento do que existe?

Tudo o que acabamos de apresentar aqui nos faz repetir o que já dissemos alhures: não existe atualmente, no mundo, um encontro do pensamento

(56) Através da perspectiva da adaptação do escravo negro à vida brasileira, Roger Bastide entendeu muito bem essas misturas e transformações (1958, 1961).

(57) É necessário lembrar também que a orientação do desenvolvimento sócio-econômico europeu não se assemelha muito à dos Estados Unidos. Uma comparação histórica entre os dois seria muito proveitosa.

(58) Pereira de Queiroz, 1971, 1972.

e da economia ocidentais desenvolvidos, com um pensamento e uma economia subdesenvolvidos; há o encontro do pensamento e da economia desenvolvidos com vários pensamentos e várias economias subdesenvolvidas (59). Cada encontro tem a sua lógica imanente, que decorre tanto das singularidades da conjuntura em que se produz, quanto de fatores outros: a história cultural e econômica do país subdesenvolvido, e também sua situação específica diante dos países desenvolvidos, principalmente a importância que estes lhe reconhecem para a continuidade do domínio ocidental (60). Isso sem esquecer que os países desenvolvidos também sofrem mudanças; que estes países não são mais semelhantes ao que eram há uns trinta anos, e que estas mudanças pesam sobre a industrialização dos países subdesenvolvidos (61), levando-os a transformações divergentes.

Sem um estudo em profundidade de cada sociedade global, a fim de descobrir sua lógica imanente; sem o estudo de suas relações com as sociedades desenvolvidas, a fim de compreender a lógica de sua posição em relação a estas, os estudos sobre os processos de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo continuarão a deixar de lado os verdadeiros problemas de sua transformação. A análise que acabamos de fazer coincide com a de Jacques Berque sobre os países árabes, os países do Maghreb. Também no Brasil, mudanças e persistências "estão registradas numa continuidade histórica", atuam de ricochete "sobre um antigo pedestal de personalidade agrária", sem que disso resulte forçosamente a criação de um novo ser social; pode-se dizer mesmo que "apesar de sua violência aparentemente revolucionária muitas vezes, estão muito longe de abolir as realidades anteriores: não fazem mais do que acentuá-las de um modo diferente". (62)

B I B L I O G R A F I A

- ANTÔNIO CANDIDO — The Brazilian Family — «In» Brazil, Portrait of Half a Continent — ed. by T. Lynn Smith and Alexander Marchant — The Dryden Press, New York, 1951.
- ANTÔNIO CANDIDO — Os Parcelos do Rio Bonito — Livraria Martins Ed., S. Paulo, 1964.
- BASTIDE, Roger — Le Candomblé de Bahia — Mouton & Co., Paris, 1958.
- BASTIDE, Roger — Les Religions Africaines au Brésil — Presses Universitaires de France, Paris, 1961.
-
- (59) Pereira de Queiroz, 1970.
- (60) Não examinamos este aspecto em nossa comunicação, pois esta foi orientada pelo problema das diferenças sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro. Acreditamos, entretanto, que se trata de um fator dos mais importantes para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Isto é, quanto maior sua importância estratégica, mais será auxiliado em seu desenvolvimento.
- (61) Sobre o assunto, ver nosso artigo nos Cahiers Internationaux de Sociologie (1971) e em Cadernos n.º 5 (1972).
- (62) Jacques Berque, 1971, pp. 13-15.

BERQUE, Jacques — Science et Culture — Colloque Culture et Science, UNESCO, ronéotype, 1971.

BOSE, S. P. — Sociocultural factors in farm efficiency — *The Indian Journal of Extension Education*, vol. 1, nº 3, India, 1965.

BOSE, S. P. — Are Tradition and Modernity relevant to Development as exclusive systems? — *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, S. Paulo, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique — *Mudanças Sociais na América Latina* — Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique — *Empresário e Desenvolvimento Econômico no Brasil* — Difusão Européia do Livro, 1964.

COSTA, Esdras Borges — *Religião e Desenvolvimento Econômico no Nordeste do Brasil* — FERES, Louvain, 1968.

CRUZ, Levy — *As Migrações para o Recife: Caracterização Social* — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.

DOUTRELOUX, Albert — Tradition et Modernité dans le Développement — *Cultures et Développement* — Université Catholique de Louvain, vol. II, nº 1, 1969-1970.

DUARTE, Nestor — *A Ordem Privada e a Organização Nacional* — Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1939.

DURKHEIM, Émile — *De la Division du Travail Social* — Presses Universitaires de France, Nouvelle Édition, Paris, 1960.

FERREIRA DE CAMARGO, Joaquim Procópio — *Kardeismo e Umbanda* — Livraria Pioneira Ed., S. Paulo, 1971.

FERREIRA DE REZENDE, Francisco de Paula — *Minhas Recordações* — Livraria José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1944.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho — *Homens Livres na Ordem Escravocrata* — Instituto de Estudos Brasileiros, U.S.P., S. Paulo, 1969.

FURTADO, Celso — *Formação Econômica do Brasil* — Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 3ª ed., 1961.

GONÇALVES, Antônio Carolino — *As Migrações para o Recife: Aspectos do Crescimento Urbano* — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.

GURVITCH, Georges — *Dialectique et Sociologie* — Flammarion Éditeur, Paris, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Raízes do Brasil* — Livraria José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 3ª ed., 1956.

HOLANDA, Sérgio Buarque de — *História Geral da Civilização Brasileira* — Difusão Européia do Livro, 1º vol., S. Paulo, 1960.

LAS CASAS, Roberto — *Formation et comportement du prolétariat au Brésil* — *Sociologie du Travail*, nº 2, 1969.

- LOPES, Juarez R. Brandão — *Relations Industrielles dans deux communautés brésiliennes* — *Sociologie du Travail*, 3e. année, n° 4, Paris, 1961.
- LOPES, Juarez R. Brandão — *Sociedade Industrial no Brasil* — *Difusão Européia do Livro*, S. Paulo, 1964.
- LOPES, Juarez R. Brandão — *Desenvolvimento e Mudança Social* — Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1968.
- MARTIN, J. M. — *Industrialisation et Développement Énergétique au Brésil* — Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1966.
- MAUSS, Marcel — *Essais de sociologie* — Editions de Minuit, Paris, 1968-1969.
- MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de S. Paulo* — Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Libr. Armand Colin, Paris, 1952.
- MORAZE, Charles — *Les Trois Ages du Brésil* — Libr. Armand Colin, Paris, 1954.
- MUNIZ DE SOUZA, Beatriz — *A Experiência da Salvação: Pentecostais em S. Paulo* — Livr. Duas Cidades, S. Paulo, 1969.
- PARSONS, Talcott — *Structure and Process in Modern Societies* — Free Press, New York, 1967.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *La Guerre Sainte au Brésil: Le Mouvement Messianique du Contestado* — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de U.S.P., S. Paulo, 1957.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Désorganisation des petites communes brésiliennes* — *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXVIII, 7e. année, Paris, 1960.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *O Messianismo no Brasil e no Mundo* — Ed. Dominus, S. Paulo, 1965 a).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Les classes sociales dans le Brésil actuel* — *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XXXIX, 12e. Année, Paris, 1965 b).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Réforme et Révolution dans les Sociétés Traditionnelles* — Ed. Anthropos, Paris, 1968 a).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Os Cangaceiros: Les Bandits D'Honneur Brésiliens* — Ed. Julliard, Col. Archives, Paris, 1968 b).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Le paysan brésilien traditionnel et la perception des étendues* — *Perspectives de la Sociologie Contemporaine (Hommage à Georges Gurvitch)* — Presses Universitaires de France, Paris, 1968 c).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *Enfance et Adolescence dans les Favelas Brésiliennes* — *Carnets de L'Enfance*, n° 7, Paris, janvier 1968 d).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — *O Mandonismo Local na Vida Política do Brasil* — Instituto de Estudos Brasileiros, U.S.P., São Paulo, 1969.

- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — Maurice Leenhardt ou les démarches de la pensée ethnologique — *Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement* — nº 28, juillet-décembre, Paris, 1970.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — Recherches Sociologiques sur le sous-développement et la pensée de Georges Gurvitch — Communication présentée à la XXIIIe Réunion de la Société Brésilienne pour le Développement de la Science (4 à 10 juillet 1971) — *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, 1971.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas — *Cadernos* nº 5, S. Paulo, 1972.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — Do rural e do urbano no Brasil — in, *Vida Rural e Mudança Social* — Organ. por T. Szmrecsányi e O. Queda — Cia. Editora Nac., S. Paulo, 1973.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — O Camponato Brasileiro — Editora Vozes, Petropolis, 1973-A).
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — Bairros Rurais Paulistas — Ed. Duas Cidades, S. Paulo, 1973-B).
- REDFIELD, Robert — *The Folk Culture of Yucatan* — The University of Chicago Press — Chicago, 1941.
- RODRIGUES, José Albertino — *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* — Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins — *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* — Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1966.
- RODRIGUES, Leôncio Martins — O sindicalismo e os trabalhadores industriais no Brasil: notas para um esquema explicativo — *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 4, ano 4, São Paulo, 1971.
- SEN, Lalit K. — The concepts of Tradition and Modernity: a reevaluation — communication présentée au II Congrès International de Sociologie Rurale, Enschede, Hollande, août — 1968.
- SIMÃO, Azis — *Sindicato e Estado* — Dominus Ed., S. Paulo, 1966.
- TOENNIES, Ferdinand — *Communauté et Société* — Presses Universitaires de France, Paris, 1944.
- WEBER, Max — *Economia y Sociedad* — 4 vols. — Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1944.
- WEBER, Max — *La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo* — Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1955.
- WILLEMS, Emilio — *Followers of the New Faith* — Vanderbilt University Press, 1967.
- WITNEY HALL, J. — Changing conceptions of the modernization of Japan — in — *Changing Japanese Attitudes Toward Modernization* — direction of Mariom B. Jansen, Princeton Univ. Press, New Jersey, 1965.